

XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Universidade Federal de Uberlândia
Economia Política e Democracia: marchas e contramarchas no século XXI

Retorno da especialização produtiva e desintegração regional

Luciana Caetano da Silva¹

Marcio Pochmann²

Resumo

Este artigo aborda a dinâmica da economia brasileira a partir do processo de desindustrialização, nos anos 1980, seguido da implantação do receituário neoliberal, assentado na desestatização, no recuo da regulação estatal e na abertura ao capital estrangeiro como instrumentos imprescindíveis à consolidação do desenvolvimento à semelhança dos países centrais. O resultado foi queda na participação do Brasil no PIB mundial, perda do vigor econômico, elevação do endividamento público e grande vulnerabilidade econômica. Em resposta ao recuo da indústria de transformação, uma nova dinâmica é observada entre os entes federativos, uns voltados ao abastecimento do mercado doméstico e outros ao mercado externo, o que se constata a partir dos fluxos das balanças comerciais interestadual e externa, associados a outras variáveis como PIB per capita e taxa de desocupação.

Palavras-chave: industrialização. retorno do agrarismo. dinâmicas interestaduais

Abstract

This article approaches the dynamics of the Brazilian economy from the process of deindustrialization in the 1980s, followed by the implementation of the neoliberal prescription, based on denationalization, the retreat of state regulation and the opening up to foreign capital as indispensable instruments for the consolidation of development similar to the central countries. economic ability. The result was a fall in Brazil's share of world GDP, loss of economic vigor, increased public indebtedness and great economic vulnerability. In response to the retreat of the manufacturing industry, a new dynamic is observed among federal entities, some focused on the supply of the domestic market and others to the foreign market, which is observed from the flows of interstate and external trade balances, associated with other variables such as GDP per capita and unemployment rate.

Keywords: industrialization. return of agrarism. interstate dynamics

1. Doutora em Desenvolvimento Econômico. Professora e pesquisadora da Ufal.

2. Doutor em Ciências Econômicas. Professor e pesquisador da Ufabc e Unicamp.

Apresentação

Diante de contexto internacional propício, o Brasil ousou construir o seu projeto nacional, muito diferente do que resultou do período de mais de quatro séculos definidos a partir do exterior. Isso se mostrou possível por cerca de seis décadas, coincidindo com a decadência hegemônica inglesa e a sua sucessão pelos Estados Unidos cujas disputas intensas foram travadas no âmbito de duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a guerra fria (1947-1991).

De certa forma, a economia brasileira teria rompido com o passado da história econômica associada a uma espécie de “procissão de milagres” advindo do exterior (HOLANDA, 2010). Inicialmente o milagre do ouro que sucedeu o milagre anterior do açúcar para, na sequência do declínio da mineração, o outro milagre do café.

Voltado ao mercado interno, o ciclo da industrialização nacional teve como eixo estruturador inicial do projeto nacional e a substituição de bens e serviços industriais. Com isso, a integração territorial da nação moldada a partir do sistema produtivo complexo e articulado, assentado na perspectiva da construção da sociabilidade do trabalho assalariado.

Através do amplo processo de proletarização urbana da população inorgânica proveniente do campo, a internalização na sociedade industrial permitia a construção de amplas parcelas da população trabalhadora com acesso a direitos sociais e trabalhistas. Resumidamente: a cidadania regulada pelo trabalho assalariado formal (SANTOS, 1979).

A partir dos anos de 1990, contudo, o projeto nacional foi abandonado em nome da adesão passiva e subordinada à modernidade prometida pela globalização. Passado mais de três décadas, constata-se que o resultado foi a decadência brasileira.

Da desestruturação do sistema produtivo complexo e diversificado, restou a especialização primário-exportadora. Massas populacionais crescentes se tornaram sobrantes, medidas pelo desemprego aberto, subutilização do trabalho e desalento generalizado.

Pelo reposicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho da Era Digital, em vez de produtor e exportador de bens e serviços digitais, o Brasil escolheu a via mais fácil de comprador/importador. Assim, torna-se estranhamente cada vez mais dependente do modelo primário-exportador a financiar o acesso na Era Digital.

Nesse sentido, o presente ensaio pretende abordar as consequências regionais desintegradoras do retorno ao modelo econômico primário-exportador. Nas quatro partes a seguir, parte-se da mudança econômica geral para alcançar a situação das unidades federativas, submetidas à especialização produtiva.

1. Economia brasileira em perspectiva histórica: da pujança ao declínio

Menos de meio século após o debate entre liberais e desenvolvimentistas que marcou a década de 1940 entre o industrial Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e professor de economia ortodoxa Eugênio Gudín, ministro da Fazenda de Café Filho (1954-55), o país cedeu às teses do neoliberalismo (IPEA, 2010). Com o ingresso na globalização, a partir de 1990, o modelo de substituição de importação que acumulava sessenta anos de transformação substancial do Brasil foi abandonado.

Rapidamente, o país passou a imprimir a nova dominância no pensamento econômico de natureza anti-industrialista, conforme originalmente concebido por Alberto Torres (1865-1917). Da mesma forma, a defesa do agronegócio, recuperando a ideia da vocação agrarista da economia brasileira, anteriormente expressa desde Américo Werneck (1855-1927) e Eduardo Frieiro (1889-1982)³.

Para o Brasil que havia se transformado, conjuntamente com a Coreia do Sul, nos dois casos mais exitosos de industrialização em países de passado colonial durante a fase monopolista do capital, a adoção do receituário neoliberal a partir de 1990 significou uma inflexão histórica inquestionável em sua trajetória socioeconômica. O país acumula mais de três décadas de inserção na globalização que significaram desindustrialização e brutal punição neoliberal da classe trabalhadora.

O resultado disso não deixa dúvidas a respeito da situação nacional de ruína da incompleta, até então, sociedade industrial (POCHMANN, 2022). Para, além disso, a volta da realidade já conhecida pelos estudiosos do Brasil pré-revolução de 1930 (PRADO JUNIOR, 1994; FURTADO, 1977).

A perda de importância relativa da indústria no total da produção interna seria menos traumática, não fosse acompanhada pela desintegração do sistema econômico nacional. Isso parece ficar evidente ao se analisar a evolução econômica dos estados brasileiros nas primeiras duas décadas do século 21, conforme o Sistema de Contas Regionais produzido pelo IBGE.

As regiões do país com maior dinamismo foram aquelas vinculadas ao comércio externo, especialmente à produção e exportação de commodities (minérios e agropecuária). Os quatro estados com maior vigor econômico entre 2002 e 2019 foram: Mato Grosso (5,0% a.a.), Tocantins (4,9% a.a.), Roraima (4,2% a.a.) e Rondônia (3,8% a.a.), representando uma espécie de desempenho chinês no interior do Brasil.

3. Ver mais em: Fonseca, 2004.

Para o Brasil, como um todo, a economia apresentou entre 2002 e 2019, a variação média anual de apenas 2,3%. Das 27 unidades da federação, 8 estados registraram desempenho econômico ainda pior que média nacional no mesmo período de tempo.

A maior parte dos estados com estagnação econômica foram justamente aqueles com maior peso industrial, cuja produção, em geral, direciona-se para o mercado interno. Dos estados com pior desempenho econômico entre 2002 e 2019, destacam-se: Paraná (2,2% a.a.), São Paulo (2,2% a.a.), Bahia (2,1% a.a.), Minas Gerais (1,9% a.a.), Rio Grande do Sul (1,7% a.a.) e Rio de Janeiro (1,3% a.a.).

A perda de vigor nas regiões compostas pela produção para o mercado interno, segue a trajetória da desindustrialização e, por consequência, a desintegração sistêmica da dinâmica nacional. Uma parte do Brasil, cada vez mais conectada com o mercado externo, menos contribuem positivamente para o mercado interno, pouco afetando o nível da produção nacional e o comportamento do emprego e arrecadação tributária.

Depois de longo tempo convergindo para a integração, a economia nacional aponta para a desintegração, recolocando o problema central do passado. Há cem anos, o diagnóstico crítico da economia brasileira centrava na dinâmica diferenciada estabelecida entre as “duas economias” que resultava de sua formação social de passado colonial.

Mesmo depois de um século da Independência nacional, tanto o Império (1822-1889) como a República Velha (1889-1930), não tinham ainda conseguido desfazer o verdadeiro arquipélago de enclaves regionais que conformavam o país de dimensão continental. Uma das economias, a mais dinâmica, concentrava-se nos estados próximos ao litoral cuja produção de matérias-primas e produtos semiprocessados se orientava para exportação. Ademais de suas ligações com o mercado mundial, constituíam bancada parlamentar suficiente para pressionar internamente pela condução da política econômica mais favorável aos seus interesses (isenção tributária, juros subsidiados, postergação de dívidas entre outros).

A outra economia, restante aos demais estados da federação, atendia fundamentalmente ao pobre mercado interno, quando não somente às áreas de subsistência, pois social e tecnicamente atrasado. A fraqueza econômica se expressava no sistema político, cuja representação no Congresso Nacional, ademais de minoritária, ficava em geral excluída da política econômica e social.

A constituição do Estado moderno, a partir da Revolução de 1930, enfrentou como projeto nacional a força do passado através da industrialização que produziu as bases da integração da economia nacional. A proposição da substituição dos produtos importados pela produção nacional, expandiu as empresas, o emprego, a arrecadação tributária e, sobretudo, o mercado interno.

O abandono do modelo de substituição de importações submeteu o Brasil à nova condição periférica que se configura no interior do sistema capitalista mundial. Neste início do século 21, os sinais simultâneos do declínio estadunidense e da ascensão da Ásia, especialmente da China, apontam para a conformação do capitalismo informacional.

Face à essa inédita fase do desenvolvimento capitalista que se estrutura fortemente polarizado internacionalmente, transcorre o deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente. Sob esse cenário, o Brasil alterou a sua condição periférica, regredindo da posição alcançada de semiperiferia produtora e exportadora de bens industriais até a década de 1980 para a de periferia primário-exportadora a partir de então.

A partir da forma passiva e subordinada com que aderiu à globalização, o Brasil passou a conviver com a desarticulação do seu complexo e diversificado sistema produtivo acumulado até o final dos anos de 1980. O resultado tem sido o seu reposicionamento na Divisão Internacional do Trabalho, passando de produtor e exportador de bens manufaturados para ser majoritariamente primário-exportador.

Por consequência, a economia nacional perdeu vitalidade, tornando-se crescentemente dependente dos estímulos estrangeiros, uma vez que as decisões internas de produzir commodities não decorrem do atendimento do consumo nacional, mas advinda da demanda externa. Assim, o que tem restado ao Brasil é o capitalismo de plataforma que ao destruir o emprego de classe média e do operariado industrial encaminha a desproletarização a serviço das grandes massas à situação da mera subsistência.

Nestas condições, o papel do Estado tem se limitado à gestão das emergências, buscando postergar – como se comprasse tempo – a própria barbárie. Para tanto, o Estado busca oferecer, ao andar “de cima”, a valorização financeira do estoque de sua riqueza velha, enquanto ao andar “de baixo”, restam os programas assistenciais de formação de clientelas.

Essa perspectiva não parece oferecer possibilidades de reversão da trajetória periférica atual que já acumula longo período de estagnação econômica diante da consolidação do país como sendo o quarto maior consumidor/importador de bens e serviços digitais e do primeiro exportador de produtos primários do mundo. Por conta disso, o Brasil tende a experimentar a sua terceira fase da escravidão denominada moderna.

Isso porque os países produtores e exportadores de bens e serviços digitais e, de outro, os demais países passivamente importadores dos mesmos bens e serviços digitais. Pela nova Era Digital, a organização da produção e distribuição da economia tem sido operada pela expansão dos algoritmos geridos por grandes corporações transnacionais, sejam do ocidente, sejam do oriente.

O resultado disso tem sido acompanhado por relatórios de diversas instituições de pesquisa e consultorias que explicitam o avanço da desigualdade no mundo e, sobretudo, o explosivo fluxo migratório internacional. Movida pela dinâmica da financeirização do capital, proliferam-se múltiplas formas de combinação profundamente desigual do expansionismo de grandes corporações transnacionais no acidente. No Oriente, por outro lado, a resposta de grande parte das corporações transnacionais se encontra conduzida pela presença da intervenção coordenada do Estado.

Assim, os países produtores e exportadores de bens e serviços digitais combinam lucros internos extraordinários com resultados favoráveis do comércio externo que por ser desregulado produz mais desigualdade no mundo. As margens de lucros das grandes corporações transnacionais, livres da tributação, têm sido estimuladas por investimentos tecnológicos gigantescos e, em grande medida, subsidiadas pelo próprio Estado.

Além disso, a lucratividade é acrescida da queda na taxa de salários proporcionada pela oferta abundante de mão de obra gerada no neoliberalismo que reduziu direitos sociais e trabalhistas. Ao mesmo tempo, a competição no interior do mundo do trabalho acirra com o movimento imigratório internacional, conformado, inclusive, pela fuga de cérebros das economias subdesenvolvidas.

Assim, os países predominantemente consumidores de bens e serviços digitais dependem, em geral, da produção e exportação neoextrativa dos seus recursos minerais e vegetais. Ademais de comprometerem aceleradamente os seus próprios biomas, com a devastação ambiental promotora de crises virais sucessivas, esvaziam a soberania, dependendo da tecnologia comprada do exterior e comandada pelo poder privado dos algoritmos controlados pelas grandes corporações transnacionais.

Para a classe trabalhadora, o que tem restado diante do neoexpansionismo agropecuário e mineral exportador a concentrar renda e a restringir empregos no campo, são as precárias ofertas de trabalho comandado por algoritmos próprios do capitalismo de plataformas. Nesse sentido, a expressão da escravidão sobre novas bases técnicas e ideológicas ganha expressão, tendo o trabalho comandado pelo senhor proprietário do algoritmo a exclusiva resposta ao desemprego.

A obediência a esse senhor da Era Digital tem sido plena, sem limites de tempo de trabalho, garantia de renda e direitos sociais e trabalhistas, plugado permanente nas redes de produção de dados convertidos em riqueza apropriada por cada vez menos proprietários da datificação da sociedade. Sob a grife do empreendedorismo, o trabalho é explorado até a sua última gota física e, sobretudo, a exploração subjetiva da condição humana. No passado, a escravidão moderna convergia na apropriação física sem limites, porém desapegada da exploração subjetiva da condição humana.

Em função disso, a possibilidade de haver resistências diversas, movidas pela cultura e valores próprios que alimentavam continuamente a esperança da liberdade através das mobilizações em

torno da abolição escravista. Nos dias de hoje, a conexão digital contribui para esvaziar valores e cultura concernentes com a possibilidade de obtenção da liberdade plena.

Em síntese, a oferta crescente do tempo de vida para trabalho de conexão digital contínua, subordina-se a ideologia consumista que esvazia o sentido da existência humana, crescentemente dependente do uso de drogas legais ou ilegais a conviver com a depressão, o mal do século 21.

No caso do Brasil, a sua histórica trajetória foi constituída por diferentes fases da escravidão moderna. A primeira, que durou praticamente três séculos, esteve relacionada ao sistema colonial europeu.

A montagem portuguesa da primeira cadeia global de produção de produtos primários integrou três diferentes continentes. A África, através do tráfico negreiro a ofertar escravos ao sistema de *plantation* de monocultura em grandes escalas no Brasil colonial, esteve articulada ao comércio de produtos primários endereçado ao mercado europeu.

Com a independência nacional, em plena decadência do sistema colonial europeu, o Brasil decidiu autonomamente assumir a segunda fase da escravidão, conectada a ordem capitalista liderada aos interesses ingleses. Enquanto grande parte dos países ancorados no uso do trabalho escravo foram abandonando pela inserção no capitalismo no início do século 19, os Estados Unidos e o Brasil optaram por levar mais adiante uma segunda fase escravista concentrada exclusivamente na população negra africana.

Pela divisão atual do mundo imposta pelo capitalismo informacional, a terceira fase da escravidão se concretizaria através da oferta aos países dependentes da tecnologia externa e fundamentalmente importadores de bens e serviços digitais, a plataformização do trabalho. Um labor emburrecido e robotizado a consolidar a terceira fase da escravidão que não mais diferenciando raça e cor, muito menos sexo e diferentes faixas etárias e de escolaridade.

A difusão dos trabalhos gerais, despossuídos de identidade e pertencimento coletivo, transcorre pelo neologismo do empreendedorismo que dissolve relações salariais, substituídas pela relação débito-crédito como se fosse um negócio qualquer. Dessa forma, o trabalho regredido a mercadoria descolada da justiça do Trabalho, pois concebido como negócio entre partes iguais submetido ao direito comercial, sem representação coletiva como associação, sindicato e até mesmo partido político.

Ao ser concebido por relação individual, o empreendedorismo de si próprio configura na Era Digital como a terceira fase da escravidão. No trabalho conduzido pelo senhor proprietário do algoritmo, o tempo humano se consome na produção de dados sem cessar, revelando o desespero de acessar - legal ou ilegalmente – qualquer atividade que ofereça algum crédito necessário para suprir o débito da própria sobrevivência.

2. A subordinação do Brasil ao mercado internacional pelas lentes da balança comercial

A compreensão da condição de subordinação dos países subdesenvolvidos ao centro dinâmico do capitalismo internacional demanda atenção ao retrovisor da história em busca de correlação ou ausência dela entre episódios distintos distribuídos no tempo, em diferentes espaços, a fim de se investigar. Embora a revolução industrial coincida com a emancipação de algumas colônias subordinadas a nações europeias, as relações comerciais entre estas e os territórios emancipados reproduziam, em boa medida, o mesmo padrão de subordinação, não restrito à dimensão econômica.

Espoliados, os recém emancipados não dispunham de infraestrutura que assegurasse vantagem competitiva ou mesmo relação comercial equilibrada com os países centrais, tampouco o isolamento comercial seria uma escolha razoável, posto que a dinâmica de suas economias dependia em grande medida do saldo positivo da balança comercial, sobretudo pela baixa capacidade de consumo e poupança do mercado doméstico.

O retardo na abolição do trabalho escravo e a cultura escravocrata mantida após o sec. 19 alimentaram, no Brasil, o rebaixamento de salários com vistas a se alcançar maiores taxas de lucro e expandir a riqueza patrimonial. Na prática, subutilizaram o mercado doméstico como impulsionador dos investimentos privados e do emprego. Ao fazê-lo, aumentaram a dependência da balança comercial, como componente autônomo da renda, para impulsionar a dinâmica da economia nacional (MELLO, 1988).

A divisão internacional do trabalho que se conforma nesse cenário, transfere aos países mais ricos, com ônus aos periféricos, grande volume de água consumida na agropecuária, riquezas minerais não renováveis e parte expressiva do mais trabalho, intensificado com as condições adversas das relações laborais, desde os anos 1990. Essa relação de subordinação entre periferia e centro dinâmico do capitalismo internacional deixa ao primeiro grupo um rastro de devastação ambiental, esgotamento dos recursos naturais, extrema pobreza e reduzido tempo de vida aos dependentes da venda da força de trabalho, consumidos no processo produtivo como insumos e descartados a cada novo ciclo de modernização do setor produtivo. Na América Latina, apenas Chile e Uruguai tinha renda média anual alta. A grande maioria situava-se entre renda média alta e renda média baixa⁴. Para o ano de 2019, o Brasil ficou no grupo renda média alta com variação entre US\$ 4.125 e US\$ 12.745 anuais por pessoa ocupada. Europa Ocidental e América do Norte registraram renda anual alta (acima de US\$ 12.746 anuais).

A dependência dos países periféricos aos países centrais dá pistas de uma articulação política em função de um projeto estruturado para manutenção da hierarquia de poder (bélico, tecnológico e financeiro). Não se trata de consequência natural do estágio temporário de subdesenvolvimento dos

4 Para mais informações, consultar Howmuch.net, disponível em <https://howmuch.net/articles/maps-divide-the-world-into-four-income-groups>. Acesso em: 06/03/2022.

países periféricos, em direção ao desenvolvimento pleno e universal. As barreiras à equalização de força são construídas na esfera política, a fim de legitimar os mecanismos de alienação e exploração dos mais vulneráveis, alicerces da acumulação capitalista que se reproduz no interior de cada país, estado e município como um padrão universal do sistema de acumulação capitalista.

Essa arquitetura geopolítica tem garantido aos países desenvolvidos, favorecidos pela concentração dos grandes oligopólios internacionais, alguns tendo se apropriado de monopólios estatais dos países periféricos, a exemplo de petrolíferas e bancos, um alargamento da demanda efetiva⁵ pela exploração em larga escala do mercado consumidor periférico. Esse mecanismo oferece ao primeiro grupo condições de atenuar a taxa de desemprego derivada da avançada substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Em contrapartida, o grau de exploração da força de trabalho nos países subdesenvolvidos ultrapassa os limites da dignidade de humana, distanciando cada vez mais o piso salarial institucionalizado do correspondente à remuneração do trabalho necessário, portanto, suficiente à reprodução da força de trabalho entre gerações (MARX, 2017).

Dadas as limitações de infraestrutura e domínio tecnológico, os países periféricos, concentrados na América Latina, África e boa parte da Ásia, enfrentam elevadas taxas de desocupação, com nível de renda cada vez menos suficiente ao atendimento das necessidades básicas da grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras. O dumping social praticado como estratégia competitiva torna os periféricos cada mais dependentes do mercado externo, posto que o rebaixamento dos salários em função dos lucros condiciona os investimentos privados e tende a rebater sobre o emprego, ciclicamente, condenando-os a todo tipo de atraso e subordinação.

O domínio tecnológico pelos países centrais, favorecidos por elevadas taxas de poupança e investimentos em ciência e tecnologia, demarcou a divisão internacional do trabalho, deixando aos periféricos a produção em larga escala de produtos de baixo valor agregado e dependência à importação de bens de capital, peças e acessórios para bens de capital e insumos industriais elaborados representando, no Brasil, mais de 70% das importações. Na composição da pauta de exportação brasileira, 50% estão concentrados em soja, minérios de ferro, metais não ferrosos, óleo brutos e carnes⁶.

A comparação entre os gráficos 1 e 2 possibilita identificar o grau de dependência do Brasil aos países exportadores de produtos com maior conteúdo tecnológico e consequente desvantagem comercial a partir da composição ponderada da balança comercial, cujas exportações estão concentradas no setor primário (mineração e agropecuária), ainda que alguns desses produtos tenham sido submetidos ao processo básico de manufatura. O gráfico 1 refere-se ao grupo de alimentos e bebidas nas exportações e importações brasileiras entre 1997 e 2021. O gráfico 2, traz a somatória de bens de

5 Para ver mais sobre demanda efetiva, consultar Keynes (1992).

6 Para ver mais, consultar Ministério da Economia – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, disponível em: [Comércio Exterior — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/comercio-exterior). Acesso em 06/03/2022.

capital, peças para equipamentos de transporte, peças e acessórios para bens de capital, insumos industriais elaborados e bens de consumo duráveis.



Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Relações Exteriores. Elaboração dos autores.



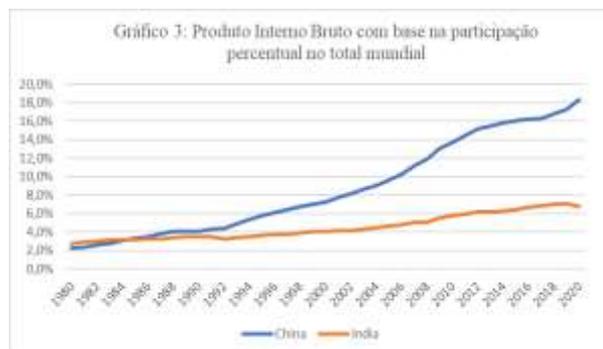
Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Relações Exteriores. Elaboração dos autores.

Decorridas cinco décadas da implantação do capitalismo industrial sob o comando do Estado, o Brasil inicia a travessia da desindustrialização, nos anos 1980, renunciando ao projeto nacional desenvolvimentista alicerçado na indústria de base, nos investimentos estatais em setores estratégicos e na regulação de mercado. A abertura ao neoliberalismo trouxe, pelas mãos do Estado, a renúncia às empresas estatais, o encolhimento do PIB industrial na composição do PIB nacional, a expansão do setor de serviços com elevada taxa de informalidade e perda do vigor econômico, na comparação com as três décadas de anos dourados (POCHMANN, 2016).

A renúncia a um projeto nacional desenvolvimentista somado à implantação do receituário neoliberal elevou o grau de subordinação e dependência do Brasil aos países centrais, que não perderam a oportunidade de intensificar investimentos em ciência e tecnologia, assumindo o controle da oferta de produtos com elevado conteúdo tecnológico. Aos periféricos, sobrou a oferta de commodities com baixo valor agregado, baixos salários e elevados impactos ambientais. A abertura comercial possibilitou ao Brasil pular etapas do processo de inovação tecnológica para acessar bens de consumo duráveis sob o domínio dos países centrais, ao tempo em que aprofundou a dependência e as desvantagens comerciais, com reflexos sobre a divisão internacional do trabalho. A dependência do país ultrapassa o que é possível observar pelas lentes da balança comercial, a exemplo das tecnologias importadas pelo setor de comunicação ou para ampliação da matriz energética.

De 2004 a 2021, o Brasil registrou um crescimento expressivo no volume de importações e exportações. Com exceção de 2013 e 2014, o saldo da balança comercial foi positivo nos demais anos, tendo a China como o principal destino da produção nacional, notadamente, soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo. Em 2021, a China absorveu 31,27% das exportações brasileiras. De 1998 a 2021, o continente asiático (exclusive o oriente médio) ampliou sua participação como destino

das exportações brasileiras, saltando de 11% para 46%. Em 20 anos (2001 a 2021), China, Hong Kong e Macau contribuíram com um saldo comercial de US\$ 234,7 bilhões para o Brasil, o que equivale a aproximadamente 2/3 das reservas cambiais brasileiras, no mesmo período, revelando um redirecionamento das relações comerciais, antes concentradas na Europa e América do Norte. As exportações brasileiras para a América do Norte declinaram de 31% para 17%, entre 1997 e 2021, e para a Europa, de 20% para 15%, ou seja, os dois continentes que abocanhavam 51% das exportações brasileiras, reduziram essa participação para modestos 32%⁷.



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021. Elaboração dos autores.



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021. Elaboração dos autores.

Mirando a geopolítica internacional, enquanto os países da América Latina registram queda expressiva na participação do PIB mundial, desde a década 1980, coincidindo com desindustrialização e implantação do neoliberalismo, a Ásia tem surpreendido com a exuberância da China, cujo PIB saltou de modestos 2,3% para 18,3% do PIB mundial entre 1980 e 2020, uma variação de 696% em 40 anos. No mesmo período, o Brasil caiu de 4,3% para 2,4%, portanto, uma queda de 44%, conforme gráficos 3 e 4. Atualmente, a China ocupa a 2ª posição no PIB mundial, a Coreia do Sul, embora tenha ¼ da população brasileira, a 10ª posição e o Brasil, a 13ª. O resultado extraordinário da Ásia, sem dúvida, embora distribuído de forma assimétrica, tem muito a ensinar aos países da América Latina.

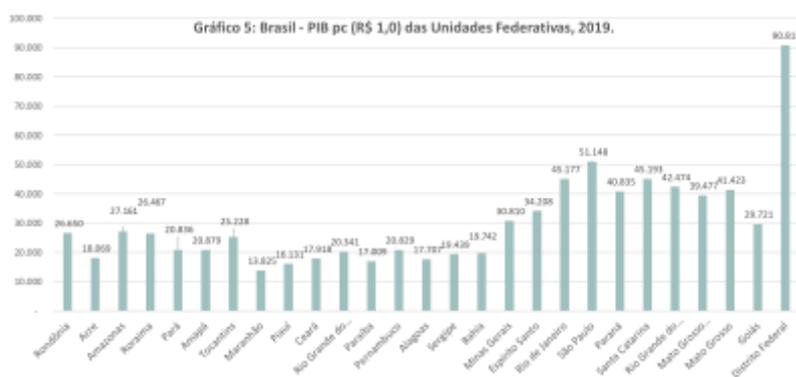
3. A dinâmica da economia nacional após desindustrialização: um olhar sobre as unidades federativas

Após quatro séculos de uma economia assentada no monopólio da terra, uso de mão-de-obra escrava e produção agrícola voltada, majoritariamente, ao setor externo, o Brasil tentou implantar um projeto de integração nacional, através do projeto de industrialização com substituição de importação,

⁷ Para ver mais, acessar Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT). Disponível em: [Comércio Exterior — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/comercio-exterior). Acesso em 03/03/2022.

assegurando ao Estado de São as condições materiais para assumir a posição de centro dinâmico do capitalismo nacional. Aos demais, restou a oferta de insumos agrícolas e reserva de mercado consumidor. O projeto de industrialização não eliminou o domínio político e econômico das oligarquias agrárias, tampouco a infraestrutura urbano-industrial esteve ao alcance de todo o território nacional. Nesse sentido, os estados periféricos asseguravam produtos primários ao mercado externo enquanto eram abastecidos pela indústria nacional, concentrada no Estado de São Paulo. A divisão regional do trabalho estava estabelecida.

Até a década de 1970, o Estado de São Paulo concentrava mais de 50% do PIB industrial, no entanto, a partir do processo de desindustrialização, o Estado que concentrava a produção industrial começou a perder participação no PIB nacional, mas nunca perdeu a liderança nos quatro grandes setores (indústria, serviços, comércio e agropecuária), o que se confirma no PIB per capita que, excluindo o Distrito Federal, segue sendo o mais alto do país, conforme gráfico 5.



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores.

Na primeira década do século 21, com a pujante explosão da economia chinesa, que passou a demandar grande volume de soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo e carne, a economia brasileira começou a apresentar mudanças profundas, reveladas pela participação das unidades federativas no PIB nacional, assim como na balança comercial externa. Essas mudanças resultaram no redirecionamento de fatores de produção ao agronegócio, beneficiados com incentivos fiscais e alteração de legislação ambiental para acomodar os interesses do setor.

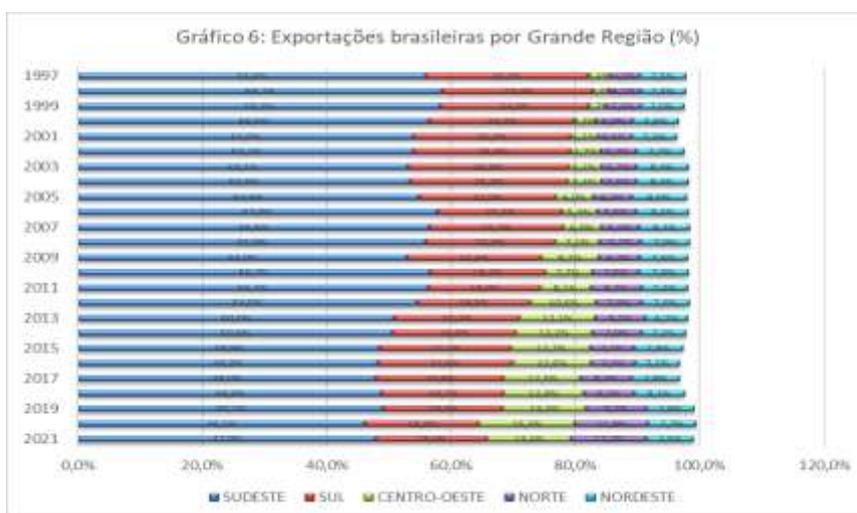
Das 27 unidades federativas, apenas quatro perderam posição na participação do PIB nacional, entre 1999 e 2019: Distrito Federal – 19%, Rio Grande do Sul – 6%, São Paulo e Rio de Janeiro 12%. Entre os que elevaram participação com essa nova dinâmica, destacam-se quatro (Mato Grosso – 66%, Mato Grosso do Sul – 51%, Pará – 55% e Tocantins – 89%). Mesmo reduzindo participação, Rio e São Paulo concentravam 42% do PIB nacional em 2019, enquanto Tocantins registrava apenas 0,53% no mesmo ano. As 5 unidades federativas com maior participação no PIB (SP, RJ, MG, RS e

PR) mantiveram exatamente a mesma posição em 1999 e 2019, embora tenham reduzido a participação de 69% para 64%⁸.

Fica evidente portanto, que a concentração da produção de bens e serviços, desde o processo de integração econômica, é tão profunda no território nacional que a dinâmica produzida pelas unidades federativas não resultou em alteração significativa de posição no *ranking* nacional. Ainda assim, é possível perceber uma taxa de crescimento do PIB per capita de alguns municípios, até então pouco dinâmicos, acima da média nacional, entre 2002 e 2019, nos estados de Piauí, Tocantins, Pará e Mato Grosso, enquanto boa parte dos municípios de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a taxa de crescimento ficou abaixo da média nacional⁹.

As unidades federativas que apresentaram variação positiva mais expressiva no PIB nacional apresentaram bom desempenho na balança comercial interestadual e/ou na balança comercial externa. Pelas lentes da balança comercial, a participação da região Centro-Oeste nas exportações brasileiras (valor FOB) saltou de 3% para 13% entre 1997 e 2021, enquanto as regiões Sul e Sudeste perderam, juntas, 16 pontos percentuais, passando de 82% para 66%. A região Nordeste, por sua vez, estacionou nos 7,5% e a região Norte cresceu moderadamente, influenciada pelo bom desempenho do Estado do Pará (gráfico 6).

Nessa dinâmica, destacaram-se as unidades federativas que concentram atividade mineral ou agropecuária, a exemplo do Rio de Janeiro (variação de 254%), Pará (143%), Mato Grosso (338%), Goiás (268%) e Mato Grosso do Sul (237%). Tocantins e Roraima, apresentaram as maiores variações positivas, no entanto, a participação desses estados em 2021 ainda era pouco expressiva. Trata-se, portanto, de uma variação percentual sobre uma base muito baixa.



Fonte: Ministério da Economia – SECINT. Elaboração dos autores

8 Fonte: IBGE – Contas Nacionais.

9 Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

O avanço das regiões Norte e Centro-Oeste não afetou a liderança da região Sudeste. Os três estados melhor posicionados na balança comercial externa em 2021 eram São Paulo (19%), Minas Gerais (13,6%) e Rio de Janeiro (11,6%) e a região lidera as exportações para qualquer ano desse intervalo, a despeito de São Paulo ter perdido 44% de sua participação nas exportações brasileiras, passando de 34% para 19%. No Nordeste, enquanto Piauí apresentou expressiva variação positiva (165%), Alagoas (-75%), Paraíba (-68%) e Sergipe (-56%), apresentaram variação negativa, apesar de participação inexpressiva para qualquer ano do período analisado. Em outras palavras, a periferia segue sendo periferia, embora algumas unidades federativas tenham alcançado melhores resultados.

Pelas lentes da balança comercial interestadual, correspondente aos registros de notas fiscais eletrônicas, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Amazonas, embora tenham apresentado variação negativa na balança comercial externa, no período 1997-2021, asseguraram para si parte expressiva fatia do mercado consumidor doméstico, o que pode ser constatado no saldo da balança comercial interestadual, conforme dados do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAZ)¹⁰. Pelos dados do site, em 2021, São Paulo foi responsável por 38% (R\$ 253 bilhões) da somatória do saldo positivo de sete estados (R\$ 670,7 bi).

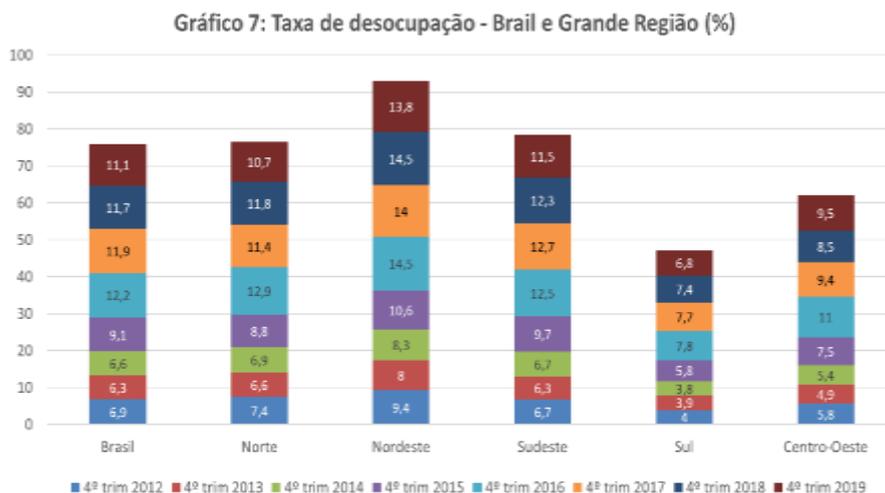
Em 2021, apenas sete unidades federativas apresentaram saldo positivo na balança comercial interestadual, entre eles, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e a totalidade da região Sul. Os demais apresentaram saldo negativo. Os saldos mais elevados ficaram reservados a São Paulo, Santa Catarina e Amazonas. Apesar de São Paulo manter o melhor saldo comercial na balança comercial interestadual, a variação de sua participação no PIB nacional entre 2002 e 2019 registra queda de 9%, enquanto Mato Grosso, Piauí e Tocantins registraram variação positiva de quase 50%. Ainda assim, São Paulo segue com o segundo maior PIB per capita entre as unidades federativas, seguido por Santa Catarina, o que demonstra que esses movimentos dinâmicos produziram resultados superficiais na distribuição da riqueza patrimonial e da renda que remunera os fatores de produção.

Outra lente pela qual é possível compreender os problemas estruturais que demarcam o limite entre territórios de maior prosperidade e os economicamente paralisados é a do mercado de trabalho, seja pela renda média ou pela taxa de desocupação. Esses dados revelam que a divisão internacional do trabalho se reproduz internamente na divisão regional do trabalho, refletindo o projeto de integração nacional adotado nos anos 1930.

A esse respeito, cabe uma breve consideração acerca da região Nordeste, refém das oligarquias agrárias que, mesmo após a transição para o capitalismo industrial, permaneceu no modelo feudal,

10 Para ver mais, acessar [Balança Comercial Interestadual — Conselho Nacional de Política Fazendária CONFAZ \(fazenda.gov.br\)](https://fazenda.gov.br). Acesso em 09/03/2022.

sob a proteção do Estado, com generosos subsídios, incentivos fiscais e creditícios, em muitos casos, transformados em dívida perdoada. Essa relação entre o agrarismo regional e o Estado (ora nacional, ora subnacional), traduz-se numa brutal transferência da renda para uma casta social estéril às custas de uma população espoliada, destituída de direitos trabalhistas e proteção social, contribuindo com a expansão e cristalização da extrema pobreza intergeracional. Não por acaso, com 27% de representação demográfica, o Nordeste brasileiro concentra mais de 50% da pobreza do país (POCHMANN, 2015).



Fonte: IBGE - PNADCT. Elaboração dos autores.

Para qualquer ano da série histórica publicada pelo IBGE/PANDCT, a taxa de desocupação é mais elevada na região Nordeste e mais baixa na região Sul (gráfico 7). Na balança comercial interestadual, com exceção de Pernambuco, de 2017 a 2019, todos os estados nordestinos mantiveram saldo total com todos os estados negativo. Na balança comercial externa, a soma das exportações de todos os Estados nordestinos fica abaixo de 8,5% para qualquer ano do intervalo 1997-2021. O resultado dessa combinação de fatores é um PIB per capita da região Nordeste equivalendo a 41,5% do PIB pc da região Sudeste, em 2019. Tomando como referência os estados de Maranhão e São Paulo, essa relação é de 27%.

4. Desafios à retomada do crescimento econômico com geração de emprego, após sucessivos erros de gestão macroeconômica

O desmonte do modelo de substituição de importação no Brasil pela adoção do receituário neoliberal desde os anos 1990 coincidiu com a passagem à Era Digital. Diante do ataque à economia nacional que terminou por desmontar as bases pelas quais se fundamentava a sociedade urbana e industrial, a desindustrialização avançou desarticulando o sistema produtivo.

Em consequência, a interrupção do movimento geral de estruturação do mercado de trabalho que se encontrava até então em curso desde a década de 1930. Em função disso, a destruição da estrutura ocupacional fundada tanto nos postos intermediários de classe média quanto o próprio processo de proletarização urbana.

O aparecimento do inédito desemprego aberto transcorreu simultaneamente à perda de funcionalidade econômica de parte das ocupações informais (assalariadas e por conta própria), fazendo expandir a esfera da subsistência. A flexibilização da legislação social e trabalhista adotada desde os anos de 1990 (contratos temporários, terceirizados, cooperativados, pejetização, microempreendedores individuais e outros) contribuiu para que parcela das ocupações se deslocasse para atividades vinculadas à prestação de serviços aos segmentos cada vez mais ricos da sociedade (segurança, limpeza e asseio, cuidadores de animais, entregadores variados, *personal stylist*, *trainer*, entre outros).

No mesmo sentido da passagem à Era Digital enquanto consumidor e não como de produtor, o Brasil terminou repetindo a equivalente situação verificada quando do ingresso rebaixado na Era Industrial ao longo do século 19. Isso porque para poder consumir o que não produzia internamente naquela época, dependia da importação, cuja capacidade nacional de pagamento era definida pelo setor agroexportador.

Nos dias de hoje, o Brasil que detém a sexta maior população do mundo e ocupa o posto de 13ª economia do planeta, respondendo pelo quarto maior mercado consumidor do mundo de bens e serviços digitais. Na condição de mero consumidor, o governo brasileiro segue aplicando o receituário neoliberal que efetiva o leilão para acesso à tecnologia 5G despreocupado com as possibilidades de internalização do saber fazer, da infraestrutura, da formação de mão de obra, entre outras.

Ademais da aceleração da desigualdade na Era Digital, o país assiste passivamente o esvaziamento crescente da soberania tecnológica e a dependência do mercado externo. Como o atendimento do mercado interno de bens e serviços provém de empresas estrangeiras e do comércio externo, o país deixa de produzir internamente, sendo o consumo externo financiado pela exportação de *commodities*.

As trocas desiguais, tratadas no passado pela versão cepalina da deterioração dos termos de trocas ou pela perspectiva do trabalhismo de Vargas como perdas internacionais, estão intensas. Numa espécie de neoextrativismo, o Brasil exporta em grande escala produtos de contido valor agregado para importar bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico.

Concomitante à destruição dos antigos sujeitos da sociedade industrial emerge nova classe trabalhadora desagregada da tradicional relação salarial e, por consequência, dos direitos sociais e

trabalhistas. Por um século, mais precisamente entre os anos de 1889 e 1989, a relação salarial despontou como o principal mecanismo de transformação da antiga massa inorgânica herdada do agrarismo em proletariado urbano associada, sobretudo a partir da década de 1930 com o acesso à carteira de trabalho enquanto passaporte à cidadania regulada.

Se em 1940, por exemplo, o país detinha somente 12,1% do total da força de trabalho com emprego assalariados e direitos sociais e trabalhistas, no ano de 1989 chegou a registrar 49,2% da População Economicamente (PEA) no assalariamento formal. Três décadas depois, em 2021, o Brasil registrou 41,1% do total da PEA submetida à relação salarial formal.

Em virtude disso, a economia brasileira assiste a evolução da marcha da desproletarização no interior do mundo do trabalho, cuja relação débito-crédito tem-se fortalecido no país em plena condição de consumidor na Era Digital.

Em síntese, a relação débito-crédito expressa o financiamento do custo da vida individual ou familiar identificado como débito financeiro que, mesmo para aqueles vinculados à relação salarial, dependem do rendimento (crédito) pontualmente obtido da contrapartida do exercício de trabalhos gerais diversos. Ou seja, a intermediação das plataformas digitais que atende desde serviços profissionais (psicólogos, *coach*, telemedicina, cursos remotos, entre outros), especializados (vendedor, entregador, *youtuber*, *influencer* e outros) e simplificados (microtarefas variadas).

De forma dispersa geograficamente, o trabalho na Era Digital tem sido externalizado através da disponibilização da contratação de multidões de trabalhadores disponíveis (crowdwork), sem que horário e lugar sejam determinados previamente, permitindo crescentemente a sua realização em casa (teletrabalho). Sem regulação, a intensificação do trabalho tem sido brutal, pois lastreada em aplicativos decorrentes do curso da revolução informacional que aproxima o labor, muitas vezes, ao já muito existente, não fosse as novas ferramentas da digitalização.

Nessa mudança de época, as instituições de representação de interesses de classes e frações de classes sociais pouco conseguiram se aclimatar. A prevalência da forma hierárquica e rígida de atuação e organização, próprias da antiga sociedade industrial, coincide com o esvaziamento da tradicional base social e dos filiados, impactando negativamente na capacidade de ação política, bem como na credibilidade e soberania tecnológica.

Realizada cinco anos antes da brasileira, a reforma trabalhista espanhola objetivou fundamentalmente flexibilizar a relação contratual. No Brasil, a reforma do governo Temer foi muito mais longe do que a desregulação da relação contratual, pois visou reduzir custo laboral, como, por exemplo, na indústria que diminuiu em 1/3 o custo total horário em comparação aos EUA.

Mais grave que o modelo antilabor espanhol foi a brasileira que atacou o sindicalismo e bloqueou o acesso à justiça do trabalho do conjunto da classe trabalhadora. Ademais da necessária

reversão da “deforma de Temer”, cabe perfeitamente a construção democrática da nova Carta Nacional do Trabalho: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contemporânea do labor que resulta em plena Era Digital.

Para, além disso, a importância de tratar o tema do futuro nacional, abandonado pela dominância do curto-prazismo que submeteu o país somente à gestão das emergências. Isso tem consumido muita energia, sem produzir luz, o que empobreceu demasiadamente o debate macroeconômico do país.

Diante de vários anos da prevalência de uma economia sem rumo, que não seja a decadência em relação ao mundo, registra-se o declínio da sexta maior do mundo para atual décima-terceira posição no *ranking* global. A antiga estrutura produtiva industrial se transformou em plataforma de valorização financeira do grande capital interno e externo, o que tornou os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

No capitalismo da atualidade, cada vez mais para poucos, o determinante tem sido o receituário neoliberal. Em sua primeira fase, durante a Era dos Fernandes (Collor, 1990-1992, e Cardoso, 1995-2002), cerca de 1/3 da população foi convertida em trabalhadores descartáveis, conforme o presidente Fernando Henrique Cardoso alertou na abertura do Seminário Internacional sobre Emprego e Relações do Trabalho realizado em abril de 1997, em São Paulo.

Atualmente, em pleno curso da segunda fase do neoliberalismo, a massa sobrando do capitalismo para poucos patrocinada por Temer e Bolsonaro ameaça alcançar 2/3 da população. Isso, é claro, ao ampliar a contabilização do que se compreende por desemprego aberto, adicionado pelas várias formas disfarçadas de esconder a redundância do trabalho às necessidades dos patrões.

Diante disso, nada parece acontecer, sobretudo no plano das ideias do Brasil oficial, que assiste ao aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza, do rebaixamento do padrão de vida, da precarização da ocupação, da destruição ambiental e da fome. A imutabilidade do diagnóstico prevalece, sem autocritica dos defensores do receituário neoliberal, especialmente em relação ao enorme descompasso entre a retórica das promessas e a realidade posta.

O debate econômico segue empobrecido nos dias de hoje, revelando o quanto a guerra de oposições ideológicas se mostra infrutífera ao sentido de futuro que se encontra em disputa no mundo. De um lado, a preguiça dos que defendem a destruição do paradigma pretérito do desenvolvimentismo, acreditando que o espontaneísmo das forças de mercado seria, por si próprio, suficiente para protagonizar o novo.

De outro, a perspectiva do retorno ao normal anterior, muito melhor, certamente, que a atualidade vivida pelo conjunto da população. Todavia, corre o sério risco da decrepitude sem

compreender que o passado não mais se conecta às necessidades do presente do futuro, especialmente em relação às fontes novas de expansão econômica no mundo.

A ausência de panoramas prospectivos sobre as possibilidades brasileiras indica certo desconhecimento a respeito das possibilidades de exploração da economia do mar e do espaço sideral. Enquanto o tema do mar permanece distante, perceptível apenas em sua superfície a partir da longa costa brasileira, o que está no seu fundo segue pouco conhecido, com menos de 5% até agora monitorado.

Da mesma forma em relação a economia do espaço que se estrutura em dois segmentos distintos: o espaço-terra e o espaço-espaço sideral. No segmento espaço-terra, que compreende a dimensão de até 100 km da superfície do mar, operam meios de transportes de carga e humano tradicionais, como aviões e helicópteros e, cada vez mais, os satélites que respondem por cerca de 2/3 do faturamento obtidos por atividades econômicas realizadas no espaço a serviço da terra. As big tech, enquanto corporações transnacionais a operar o processo de datificação, tornaram o negócio mais valorizado dos mercados, expresso por sua grandiosidade nas bolsas de valores.

Para, além da linha Karman, acima dos 100 km da superfície da terra, expande-se o segmento espaço-espaço sideral movida pela via tanto das empresas privadas em parceria com as agências governamentais nos Estados Unidos como ação do Estado chinês em parceria com empresas privadas. As duas principais fontes de riqueza provem da exploração de recursos naturais através da mineração de produtos raros (platina, ouro e outros) em meteoros e usinagem do hélio 3 na lua.

O acesso aos recursos naturais no espaço visa servir de combustível às naves, água para os futuros colonizadores e componentes de infraestrutura para a exploração do espaço sideral. As estimativas de ganhos extraordinários têm sido motivo de fortes investimentos privados e públicos em poucas nações no mundo.

Ademais, destacam-se também os serviços de lançamento de foguetes, armazenamento de combustível, base espacial e pesquisa e desenvolvimento científico de grande monta. Não parece haver limites acerca das possibilidades de exploração das inéditas fontes de riqueza a orientar os segmentos da economia do espaço sideral, capaz de colocar em marcha a expansão econômica em novas bases sustentáveis com amplo emprego decente ao conjunto da classe trabalhadora.

Considerações finais

Este artigo se propôs analisar a dinâmica recente da economia brasileira, desde a implantação do receituário neoliberal, que coincide com a renúncia ao projeto nacional desenvolvimentista assentado na integração nacional e substituição de importação via fortalecimento da indústria nascente. A inevitável perda do vigor econômico foi o resultado da renúncia ao protagonismo estatal

na condução de um projeto de desenvolvimento alicerçado no fortalecimento e modernização da indústria nacional, o que se reflete no declínio da taxa média anual de crescimento do PIB entre 1946-1980 e 1981-2015, respectivamente, 6,9% a.a. e 2,4% a.a. (POCHMANN, 2015).

Entre o 1º trimestre de 1997 e o 4º de 2021, a participação da indústria de transformação no valor adicionado a preços básicos despencou de 17% para 11% (IBGE, Contas Nacionais Trimestrais). O tombo não é mais notável porque grande parte das commodities exportáveis são classificadas como produção industrial, a exemplo de carnes congeladas, farelo de soja, açúcar/melaço e ferro gusa.

Nessa dinâmica de reposicionamento setorial, a região Centro-Oeste ganhou posição, a região Nordeste manteve-se estagnada e as regiões Sul e Sudeste sofreram pequenas perdas que não afetaram em quase nada suas posições, dada a acumulação de capital no período que antecede o início da desindustrialização. O setor que mais se expandiu com o recuo da indústria foi serviços e, não por acaso, é a região Sudeste que lidera com participação de 64% da receita bruta (2019), seguida pelas regiões Sul - 16%, Nordeste - 10%, Centro-Oeste - 8% e Norte - 3% (IBGE - Pesquisa Anual de Serviços). Vale ressaltar que o setor financeiro e o de comunicação estão concentrados no Sudeste.

Para compreender melhor essa dinâmica, apesar de São Paulo ter perdido participação nas exportações nacionais, ainda mantém a liderança (19%) e abocanha quase 2/5 do saldo da balança comercial interestadual. Excluindo o Distrito Federal, o Estado de São Paulo continua sendo o maior PIB per capita do país. Nessa mesma perspectiva, vale registrar o desempenho de Santa Catarina que, mesmo reduzindo 30,7% sua participação nas exportações, mantém a 8ª posição e assumiu o 2º lugar no saldo positivo da balança comercial interestadual (revezou com Amazonas 2ª e 3ª posições), tem o 3º maior PIB per capita (atrás de DF e SP) e consegue manter, quase sempre, a menor taxa de desocupação do país.

As evidências mais significativas desta pesquisa, em andamento para outras publicações, são: o desempenho expressivo da região Centro-Oeste e de algumas outras unidades federativas, a exemplo de Tocantins e Piauí; a estagnação da região Nordeste; e a intocável liderança do Estado de São Paulo que, mesmo quando recua em algum setor, ocupa a liderança no que está em evidência. A desconcentração está em curso, mas só se beneficia dela quem compreende e se antecipa à nova direção.

Referências bibliográficas

BRASIL. IBGE. *Pesquisa Anual de Serviços*. Disponível em: [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#) . Acesso em 11/03/2022.

_____. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

_____. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral (PNADCT)*. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA . Acesso em 11/03/2022.

_____. IPEA. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: Roberto Simonsen, Eugênio Gudin*. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010.

_____. Ministério da Economia – Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAZ). Disponível em: Balança Comercial Interestadual — Conselho Nacional de Política Fazendária CONFAZ (fazenda.gov.br). Acesso em 09/03/2022.

_____. Ministério da Economia - Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT). Disponível em: Comércio Exterior — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em 03/03/2022.

FONSECA, P. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. DE/PUCSP, vol. 15, nº. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

HOLANDA, E. *Visão do paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Howmuch.net. These Maps Divide the World into Four Income Groups . Disponível em: <https://howmuch.net/articles/maps-divide-the-world-into-four-income-groups>. Acesso em: 06/03/2022.

International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April/select-date-range?c=213,223,273,&s=PPPSH>. Acesso em 06/03/ 2022.

KEYNES, J. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro 1. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, J. *O capitalismo tardio*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

POCHMANN, M. *A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. São Paulo: Ideias & Letras, 2022.

_____. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

_____. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2015.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, W. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.